

O ESTUDO DE IMPACTO SOCIAL COMO METODOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS TURÍSTICOS: O CASO DO CAMINHO DO PEABIRU NO RAMAL BOTUCATU NO BRASIL.

Resumo: Esta pesquisa pretende apresentar a necessidade da utilização de novas ferramentas que auxiliem o processo de planejamento em turismo, como os estudos de impactos sociais para o desenvolvimento de projetos e de roteiros turísticos, tendo como tema central o Caminho do Peabiru no ramal Botucatu. O caminho era uma trilha indígena da época pré-colombiana que atravessava a América do Sul, do oceano Atlântico ao Pacífico, passando pelos estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, adentrando nos países Paraguai, Bolívia e Chile. Recebe esta denominação, pois acreditavam os povos indígenas que este caminho os levaria a Terra Sem Males. Exerceu importante papel na formação do atual território paranaense e paulista, pois foi utilizado por jesuítas, exploradores e colonizadores do território brasileiro e de boa parte da América do sul. Atualmente são raros os vestígios encontrados, pois a mecanização agrícola com seus arados e maquinários acabaram por reduzir a pó a maior parte dos traçados originais, porém existem documentos cartográficos e bibliográficos que descrevem sua localização além de alguns raros vestígios líticos e de trechos originais que ainda estão preservados destes caminhos, e, com base nestes traçou-se o roteiro do caminho sobre o atual território norte paranaense e oeste paulista no Brasil. A partir desta espacialização foram realizadas pesquisas a campo na região do Pontal do Paranapanema no oeste paulista, buscando discutir o conceito de território a partir do pressuposto que os povos indígenas se territorializaram por meio destes caminhos antigos, foram na seqüência desterritorializados pelos colonizadores portugueses e espanhóis e que atualmente os estudos buscam criar uma reterritorialização do caminho do peabiru levantando os aspectos históricos e culturais ligados a este, elaborando o desenvolvimento de roteiros de visitação ou até mesmo peregrinação, já que ao caminho se atribuiu também a passagem de São Tomé um dos Apóstolos de Cristo, vindo em algumas localidades recebendo a denominação de Caminho de São Tomé. Para tanto será aplicada a metodologia denominada de EIS – Estudo de Impacto Social ferramenta que visa auxiliar na construção de inventários sociais, detectar impactos, quantificá-los e qualificá-los e por fim realizar propostas de correção aos impactos detectados tomando por referência a participação da comunidade das cidades que hoje se encontram ao longo ou próximas ao caminho original no processo de implantação do projeto do Caminho do Peabiru. Uma das ferramentas neste estudo será a utilização de um software chamado de UCINET desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Harvard nos Estados Unidos e utilizado atualmente pelo mundo todo em pesquisas de intervenções sociais e também de casos no turismo. Este estudo busca dar apoio às comunidades ao longo dos trechos prospectados, tentando criar melhores condições de desenvolvimento social, econômico e ambiental consequentemente. Visa também resgatar a importância que tiveram os povos indígenas para o processo de colonização dos territórios Sul Americanos com a abertura destes caminhos, já que a estes povos na atualidade falta identidade já que o forte choque entre culturas ainda permanece como elemento primaz da desintegração da cultura indígena, fazendo com que o que deveria ser parte da memória coletiva da população como um todo, esteja fadado a ficar resignada ao que alguns autores chamariam de memória subterrânea. Por fim apresentando o panorama de um processo que pode trazer melhoria na qualidade de vida da população atual e valorização de elementos históricos, sociais e culturais ligados ao Caminho do Peabiru.

Palavras-chave: Estudo de Impacto Social; Metodologia; Projetos Turísticos; Caminho do Peabiru; Geografia.

Abstract: This research will discuss the need for the use of new tools that help in the process of planning for tourism development projects and tourist itineraries, with the central theme of the Way Peabiru in Botucatu ext. The road was a trail of indigenous pre-Columbian times going through South America, the Atlantic Ocean to the Pacific, through Paraná, Santa Catarina, Sao Paulo, Mato Grosso, Paraguay and Bolivia. He important role in shaping the current territory Paraná and Sao Paulo, as was used by Jesuits, explorers and settlers from Brazilian territory. Currently the traces found are rare, but there are documents that describe bibliographic and mapping their location and, on the basis of these drew up the roadmap of the path on the current territory Paraná and Sao Paulo. From this spatialization searches were carried out

to the field in the Pontal do Paranapanema, seeking to discuss the concept of territory and raise historical and cultural aspects related to the path, seeking the development of roadmaps of visitation, both expected to apply a methodology called the EIS - Social Impact Assessment tool aimed at helping in the construction of social inventories, detect impacts, quantifies them and qualifies them and finally implement proposals for correction to the impacts detected with reference to community participation in the process of implementation of the project the path of Peabiru.

Keywords: Social Impact Assessment; methodology; tourist projects; path of Peabiru

1. INTRODUÇÃO

No campo do turismo, nos deparamos por inúmeras vezes com pesquisas, projetos e propostas de atividades ligadas ao tema em suas mais diversas áreas de atuação e o que se percebe na maioria dos casos é a existência de um modelo metodológico balizador do desenvolvimento de projetos turísticos. Não sabemos se o fato do turismo estar ligado mais aos elementos econômicos como entrada e saída de divisas tanto dentro da federação quanto internacional faz com que se adote com uma alta frequência o modelo economicista para as discussões deste importante fenômeno. Partindo-se dessa premissa e com base em análises realizadas das produções científicas publicadas em periódicos, livros, sítios na Internet por todos os rincões deste país, observamos que os trabalhos sobre essa temática voltam-se para projetos realizados e implantados pautados na perspectiva quantitativa, ou que priorizem esta instância, assim nos pusemos a pensar sobre a delicada relação existente entre o desenvolvimento de projetos cujo objetivo central é o da atividade turística e suas correlações ambientais, sociais, culturais e econômicas.

Dentro dessas discussões iniciamos no ano de 2003 algumas pesquisas no campo do turismo de peregrinação a partir da tomada de conhecimento sobre o Caminho do Peabiru, uma rota muito antiga. Sua extensão ultrapassava os limites territoriais do nosso país, pois atingia até o Peru. A “estrada” ligava o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico. Ela integrava o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e o Peru, cortando mata, rios, cachoeiras, pântanos e cordilheiras, num trajeto de aproximadamente 3 mil quilômetros. Essa rota, ainda hoje envolta em mistério, era chamada de "caminho do Peabiru". O caminho, construído pelos Índios sul-americanos, começava em São Vicente ou Cananéia, no litoral paulista, cruzava o Estado do Paraná de Leste a Oeste,

penetrava no chaco paraguaio, atravessava a Bolívia, ultrapassava a Cordilheira dos Andes e alcançava, finalmente, o sul do Peru e a costa do Pacífico.

Além do chamado tronco principal, o caminho Peabiru possuía vários ramais. Os ramais serviam como elemento de ligação entre diversas regiões, mas também funcionavam como locais aglutinadores de manifestações artísticas. A arte e o folclore se manifestavam, por exemplo, em lendas, rituais e cerimônias representadas nas pinturas rupestres. Um dos ramais da rota Peabiru cruzava o rio Paranapanema, na divisa entre São Paulo e Paraná. Logo, este ramal estava localizado nas proximidades da cidade de Presidente Prudente e é denominado de Botucatu.

A partir desta “redescoberta” esse fenômeno passa a ser de nosso interesse e já sendo objeto de pesquisa do projeto nascido dentro do NECAPECAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Campo Mourão sobre o Caminho do Peabiru. A partir deste momento conhecendo os mapas e relatos antigos sobre este fascinante caminho, nos propusemos a desenvolver algumas pesquisas sobre tão grandioso caminho dentro do Curso de Turismo da Faculdade de Presidente Prudente – SP onde criamos o NPGT – Núcleo de Pesquisa da Graduação em Turismo que atualmente conta com vários pesquisadores dentro dos mais diversos níveis de conhecimento como graduação, especialização, mestrado e doutorado. Com as pesquisas iniciadas no ano de 2004, buscamos nos apoiar dentro das metodologias já existentes para o levantamento de informações sobre esta rota com os pesquisadores do NECAPECAM em Campo Mourão.

A partir alguns encontros pudemos perceber que as rotas de peregrinação desenvolvidas por aquela equipe de pesquisadores, apenas tomava como referência a passagem do caminho por determinada região, sem se atentar ao detalhe de tentar levantar os caminhos antigos originais, mesmo sabendo da dificuldade existente já que a maior parte deles foi descaracterizada pela prática da agricultura como afirma o Professor arqueologista Igor Chymiz da Universidade Federal do Paraná em entrevista cedida ao Pesquisador Eduardo Werneck do NPGT para a revista Saber Acadêmico da Faculdade de Presidente Prudente (2007), na qual afirma,

Infelizmente, no caminho de Peabiru hoje nós temos poucas evidências, pois era uma marca muito superficial e que desapareceu com o primeiro trabalho

agrícola. A primeira vez que o arado passou por ali acabou com a evidência. Eu constatei um trecho desse caminho, não propriamente do tronco, porque existia um tronco que vinha de São Vicente e passava na foz do rio Piquiri, entrando no Mato Grosso do Sul. O que constatei foi um chamado ramal, mais ao Norte dessa linha no município de Campina da Lagoa. Eu havia programado aquela pesquisa sem ter isso em mente, foi uma constatação que aconteceu lá no local. Eu já havia lido sobre o Peabiru, porque foi enfocado pelos historiadores, como por exemplo, Romário Martins, que dele faz uma reconstituição, faz um traçado. E depois o Maack, geólogo, faz uma planta. Deste modo, nós temos muitas informações de engenheiros que, durante trabalhos de medição de terra, encontraram trechos do caminho, vários pontos que vão se somando.(...) O que vimos batia exatamente com o que Montoya falava, batia exatamente com o que os engenheiros falaram sobre as características do caminho. Fomos acompanhando no meio da mata e ele desaparecia porque já havia uma clareira com plantio, mas, pelo sentido nós o encontrávamos na outra ponta do mapa. Fomos acompanhando assim por alguns quilômetros e era um caminho que, por exemplo, procurava não subir muito, ele contornava pelas encostas das elevações. Era um caminho que demandava muito tempo para ser percorrido, mas não exigia muito esforço do andante. Era um caminho lógico [risos]. O que me chamou atenção no momento foi que ao lado do caminho nós estávamos encontrando sítios arqueológicos, e todos eles ligados aos índios Jê. Todos os sítios encontrados no caminho estavam relacionados ao Jê. Começamos a pensar que a eles poderíamos atribuir a prática do caminho terrestre, pois o Tupi-Guarani se comunicava e se movimentava preferencialmente pelo rio. Eram navegadores, canoieiros. E o Jê, ao contrário, sempre preferiu se locomover pela terra.

Dentro dessas perspectivas já de nosso conhecimento anterior, pois entrevistamos o professor Igor no CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná no ano de 2005, entendemos que os levantamentos e as organizações de eventos denominados de Peregrinações pelo NECAPECAM que consideravam para a delimitação dos trechos a serem percorridos nas proximidades do Ramal Botucatu, achados como objetos líticos e arqueológicos por moradores daquelas regiões, mesmo estes objetos estando as vezes mais de vinte quilômetros de distância do ramal original neste caso o Botucatu, discordamos a partir de então dos métodos de pesquisas desse grupo.

Nota-se que as pesquisas do N.P.G.T. ancoram-se na premissa de que para se pesquisar um objeto é necessário que ocorra neste contexto à capacidade de problematizar e de dar respostas ao objeto de estudo. Estudar um objeto que não foi analisado ainda por nenhuma ciência a fundo e tentar encaixá-lo a partir de uma categoria ou conceito é feito realmente novo, já que nos estudos conduzidos pelos pesquisadores do NECAPECAM fica clara a falta de método e de ponto de partida para

as discussões ou desenvolvimento de propostas de pesquisa para o levantamento de dados e até mesmo uma reconstrução ainda que simbólica do caminho para usufruto do turismo e/ ou das peregrinações.

Nos propusemos então a trabalhar a partir dos mapas antigos, principalmente o material do Professor Reinhard Maack (1892 – 1969) grande naturalista e explorador do território paranaense que em sua dissertação intitulada ‘Sobre o Itinerário de Ulrich Schmidel’ descreveu com maestria o caminho percorrido por este alemão que esteve na província de Assunpción atual Paraguai e pelo motivo do recebimento de uma herança em seu país natal, precisou rapidamente retornar até o porto de Cananéia (atualmente estado de São Paulo) para embarcar a tempo na Nau que partiria para a Alemanha. Conforme os estudos de Chymiz (1971, p. 29),

“existia um caminho secundário apontado por Maack, provavelmente ao longo do qual nossas pesquisas se desenrolaram, era o que saía do Peabiru, atravessava o rio Piquiri, talvez entre as bocas do rio Cantú e Carajá, atingia as cabeceiras do rio Campo Mourão, acompanhando-o até sua foz no rio Ivaí. Daí, seguia em direção Nordeste até atingir as cabeceiras do rio Pirapó. Acompanhava seu curso até a foz no rio Paranapanema. Deste ponto, o caminho seguia um traçado nordeste, atravessando os rios do Peixe e Aguapeí e atingindo a margem esquerda do rio Tiête. Neste ponto, ligava com outro caminho secundário que já vinha acompanhando o rio Tiête desde a sua foz no rio Paraná.”

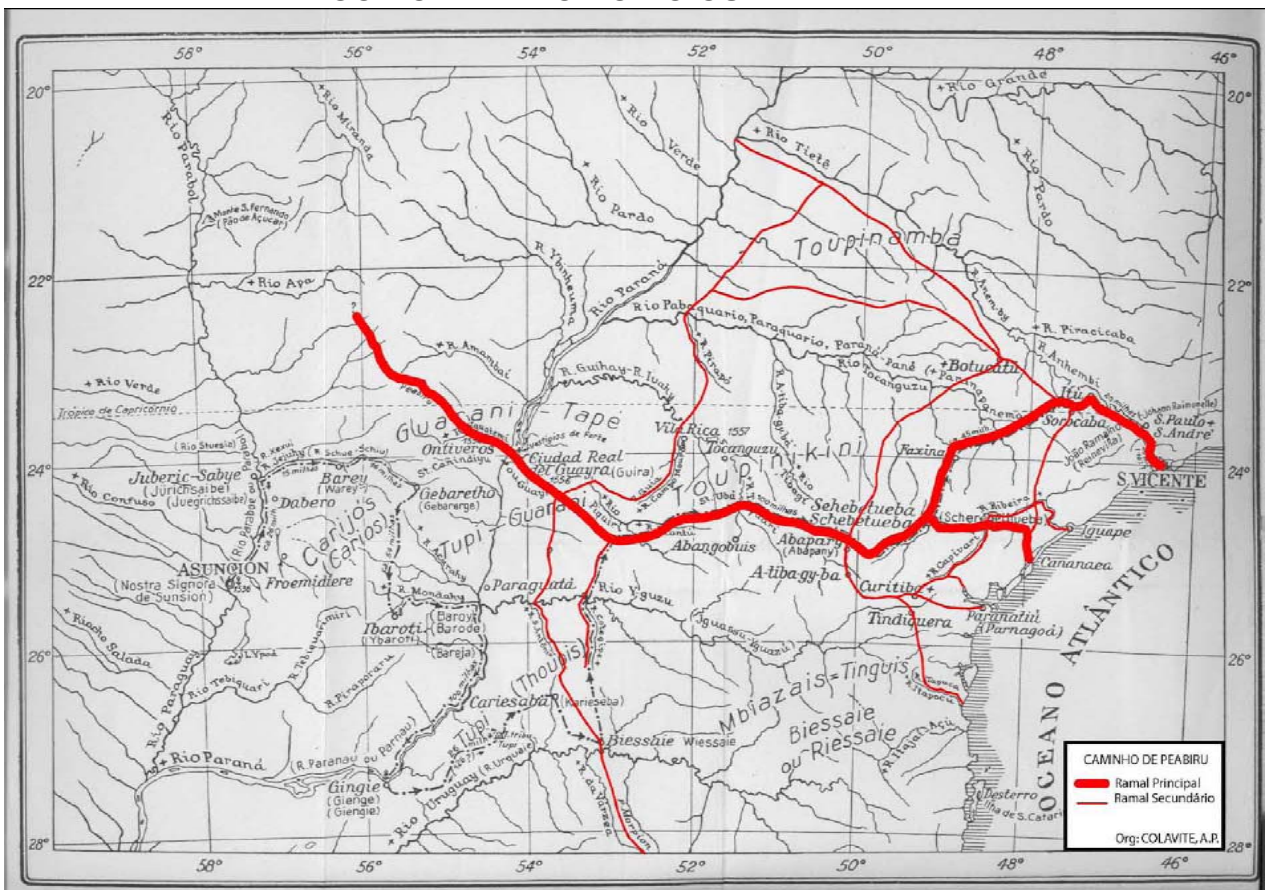
Outra confirmação do ramal foi obtida a partir do contato com a experiência de exploração do Rio do Peixe, afluente da margem esquerda do rio Paraná, pela *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, em 1905. A Comissão observou, abaixo do salto dos Guachos, algumas trilhas largas, bem cavadas, demonstrando freqüência de trânsito (Chymiz apud Moura, 1907, p. 8).

O caminho também foi citado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Visão do Paraíso*, quando afirma que Tomé de Sousa, filho de um português, andou no Peru, de onde tornara por terra à costa do Brasil e afirmava que da dita costa até àquela conquista castelhana se poderia ir a poucos dias (1994, p.44).

Com esta constatação buscamos desenvolver então uma pesquisa que levasse em consideração as questões de localização geográfica do caminho o mais fidedignas possíveis e nos deparamos então com um problema, já que dentro das descrições antigas não existe a precisão milimétrica conhecida atualmente. Dessa forma, utilizando-se de ferramentas modernas do geoprocessamento como os SIG (Sistemas

de Informação Geográfica) que buscamos as imagens de satélite da região compreendida como Pontal do Paranapanema no extremo oeste do Estado de São Paulo, com base no software Spring/Inpe. Também foi desenvolvido trabalho de cartografia temática subsidiando conceitos técnicos, específicos para a elaboração de cartogramas, leituras de cartas topográficas e reconhecimento do relevo local, para a partir disso tentar sobrepor aos mapas antigos ou simplesmente comparar um com outro, como realizou também a pesquisadora Colavite (2006, p. 29),

MAPA 1 – MAPA ANTIGO DO TERRITÓRIO DO GUAYRÁ



Fonte: Colavite, Ana Paula. Dissertação de Mestrado – UEL (2006)

Pode-se visualizar no Mapa 1 o ramal Botucatu do Caminho do Peabiru dentro do estado de São Paulo, mais precisamente entre as cidades de Jardim Olinda-PR na foz do rio Pirapó com o rio Paranapanema e de frente com a foz do rio Pirapozinho

dentro do município de Sandovalina-SP e Tarabai-SP continua até aproximadamente a altura da antiga estrada Boiadeira na cidade de Presidente Prudente quando toma o sentido leste e depois continua até a altura da cidade de Assis-SP. Salientamos que o SIG constitui-se em uma ferramenta fundamental para a realização de projetos de resgate de rotas históricas com o intuito de desenvolvimento de atividades turísticas, como o que está sendo realizado com o Caminho do Peabiru dentro do estado do Paraná e o qual também foi realizado no ramal paulista do caminho pelo N.P.G.T.

A partir do conhecimento destas informações passamos à segunda fase da investigação, isto é, as atividades de campo, nas quais possivelmente serão constatados vestígios destes antigos caminhos. A equipe deve ser multidisciplinar contanto se possível com turismólogos, geógrafos, arqueólogos, historiadores dentre outros e visa percorrer a totalidade do trecho pesquisado com o escopo de realizar um levantamento detalhado de propriedades e fazer entrevistas com seus proprietários e moradores a fim de obter maiores informações sobre os achados destes durante seus trabalhos cotidianos. É importante que se tenha à mão além de prancheta e blocos de anotações um gravador, máquina fotográfica e uma filmadora para que não seja necessário um retorno prematuro por falta de catalogação de informações.

Como se trata de uma equipe de prospecção a campo o ideal é que neste primeiro momento a equipe se divida para cobrir uma área territorial maior no menor tempo possível, selecionar então as entrevistas e informações de maior significância e então realizar o detalhamento destas entrevistas.

De posse das informações primárias o segundo momento dessa investigação empírica será a verificação das informações colhidas, neste momento a equipe de prospecção deve permanecer junta a fim de atentar a detalhes que por muitas vezes passam despercebidas aos olhos de quem não é especialista, por exemplo, na área de arqueologia.

Ao se constatar vestígios arqueológicos, por exemplo, a área será demarcada e georeferenciada visando futuras escavações e posterior inserção deste dado na carta de delimitação do ramal prospectado. Realizado o levantamento passa-se então a compilação dos dados por meio de relatos realizados pelos pesquisadores envolvidos

que na seqüência irão produzir um Relatório de Prospecção. Esse documento servirá de fonte de informações primárias para as mais variadas especialidades que a partir deste momento estarão livres para a condução de suas pesquisas individuais versando assim sobre suas temáticas de pesquisa.

É neste instante que se inicia dentro da área do Turismo o estudo para a organização das chamadas Peregrinações no Caminho do Peabiru. Esse evento tem por objetivo reunir interessados em peregrinar por estes caminhos antigos e conhecer parte de suas histórias e lendas como a de que São Tomé um dos Apóstolos de Cristo percorreu esta estrada, ou de poder estar nos locais das antigas Reduções Jesuíticas como as de Santo Inácio e Nossa Senhora de Loreto e ainda vivenciar as práticas indígenas que são lembradas durante esses eventos. Podem também contemplar as mais diversas paisagens, culturas e sociedades ao longo desses trechos que tem em média dois dias de duração e aproximadamente de 45 a 56 quilômetros de extensão.

Neste ínterim é necessário delimitar a abrangência da área de estudo que passa então a necessitar de um campo teórico de discussão que neste caso não poderia deixar de ser a delimitação do conceito de território que é utilizado por várias áreas do conhecimento, porém, este conceito tem sido empregado de maneira reducionista. A exemplo de que o uso do conceito de território está na materialização de uma prática que se tornou usual na aplicação de políticas públicas de delimitar uma determinada região e denominá-la de território, sem buscar seus fundamentos científicos. Esta conduta deixa de lado as críticas na maioria das vezes necessárias para entender os processos de ocupação do espaço e suas conseqüências, como no caso dos estudos acerca da formação ou construção do Caminho do Peabiru que passou pelos processos geográficos de territorialização, desterritorialização e agora está sendo de determinada maneira passando pelo processo de reterritorialização. Nessa perspectiva apresentaremos alguns conceitos na seqüência para que os leitores possam entender estes processos e compreender a profundidade e importância de se discutir qualquer assunto a partir de ampla reflexão das significações conceituais envolvidas em tal tema.

2. RETERRITORIALIZANDO O CAMINHO DO PEABIRU

Os conceitos são elementos interdependentes e complementares e neste trabalho se faz necessário para o momento desenvolver uma reflexão sobre território e territorialidade para que se entenda o processo moderno de reterritorialização turística do caminho do peabiru. Nessa perspectiva teórica ressaltamos a concepção de Saquet (2007) ao defender que a conjunção entre as dimensões: economia, política, cultura e da natureza (E-P-C-N) é de fundamental importância para se compreender os processos territorializantes. Pois, para o autor existe uma indissociabilidade dessas dimensões, uma vez que da luta dos contrários, resultarão as transformações territoriais, como a desterritorialização, a reterritorialização e as novas territorialidades.

Nesse sentido, entendemos que existe uma relação intrínseca entre os elementos naturais e sociais no processo territorializante. Nas palavras de Saquet "... as forças econômicas, políticas e culturais (E-P-C), reciprocamente relacionadas, efetivam o território no (e como) espaço geográfico, centrado e emanando na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos". (2005, p.13885).

Dessa forma, o espaço geográfico é estudado considerando-se os elementos da natureza e dos processos históricos e mostrando conexões entre diferentes níveis escalares, neste caso em específico estaremos abordando a questão do trecho entre Jardim Olinda-PR e Presidente Prudente - SP de aproximadamente 126 quilômetros denominado de Botucatu parte do Caminho do Peabiru uma escala geográfica reduzida se comparado à totalidade do caminho com 3000 quilômetros de extensão.

Nessa concepção o território é então, ao mesmo tempo, a condição de reprodução social e de representações simbólicas, essas imbuídas de significados vinculados ao processo de desenvolvimento sócio-espacial, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Assim, Haesbaert conclui que:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto pra realizar "funções" quanto para "significados". O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo ("lar" para o nosso repouso), seja como fonte de "recursos naturais" (2005, p.6776, grifo do autor).

A partir dos pontos levantados é necessário retornar a temporalidade do processo territorializante da produção social do caminho foco do estudo, uma vez que existe uma lacuna de espaço-tempo muito grande, pois a construção dos caminhos foi atribuída aos índios, nesta discussão especificamente do tempo das reduções jesuíticas datadas de 1612 - 1632, mais especificamente ao grupo dos Jê que de acordo com Chimyz (apud WERNECK, p.2, 2007),

“Seria um grupo de caçadores e coletores e por isso se deslocava com maior rapidez pelos caminhos, percorrendo então áreas mais extensas. O que me chamou atenção no momento foi que ao lado do caminho nós estávamos encontrando sítios arqueológicos, e todos eles ligados ao Jê. Todos os sítios encontrados no caminho estavam relacionados ao Jê. Começamos a pensar que a eles poderíamos atribuir a prática do caminho terrestre, pois o Tupi-Guarani se comunicava e se movimentava preferencialmente pelo rio. Eram navegadores, canoieiros. E o Jê, ao contrário, sempre preferiu se locomover pela terra.”

Esta locomoção terrestre atribuída a este grupo deixa claro o processo histórico de ocupação do território do Guayrá que corrobora o que Dematteis (1995, apud SAQUET 2007, p.113) coloca sobre a existência de elementos e aspectos na relação espaço-tempo para a compreensão do desenvolvimento econômico. Aplicando isso a uma sociedade tribal, poderíamos pensar em um desenvolvimento da ocupação territorial para a subsistência daqueles índios que se deslocavam de aldeia em aldeia e entre estas se constituíam verdadeiras estradas deixadas pelo grupo dos Jê ou os Macro-Jê como afirmou o Professor Igor Chimyz.

Dentro destas perspectivas embasadas em comprovações arqueológicas com datações precisas e relatos minuciosos é que se deve realizar qualquer busca por indícios ou re-delimitação de rotas históricas. Percebemos então que o território deve ser compreendido nesta temporalidade, antes de qualquer coisa como um espaço de sobrevivência, de vivência e descanso e do caráter participativo que as sociedades tribais tinham em suas convivências, quando harmoniosas.

O que ocorre então a partir da década de 1610 é que os fenômenos das Entradas e das Bandeiras organizados em sua maioria a partir do estado de São Paulo, visando o aprisionamento de índios para trabalho escravo nas lavouras de café e cana-de-açúcar nos engenhos da colônia, causaram a destruição maciça das Reduções

Jesuíticas e das Reduções Espanholas no território do Guayrá (atual estado do Paraná) tendo as duas últimas reduções de Santo Inácio e Loreto resistido até o ano de 1632, de acordo com relatos do próprio Superior das Missões Padre Montoya.

Nesse contexto, começa a se desencadear uma nova territorialização, pois como explica Saquet (2007, p. 127) o território é produto e a condição da territorialização, assim; a mesma é produzida espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, neste caso o grupo dos Bandeirantes e das Entradas, que passam a produzir novas territorialidades exógenas às territorialidades tribais. Como defende Sack: “A territorialidade, como componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. (Apud: Haesbaert, 2005, p.6776).

Nessa linha pensamento que Saquet (2007, p.127) afirma que “as territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território”. Podemos dizer que, no caso em estudo, as territorialidades das Bandeiras desterritorializaram as territorialidades dos índios do Guayrá.

Dessa forma, com a maioria dos índios aprisionados, dizimados ou fugidos deste território, antes territorialidade de várias etnias indígenas. Esta porção do território fica deixada ao esquecimento por centenas de anos, apenas servindo de caminhos no século XVIII para os soldados na Guerra do Paraguai. Contudo, na década de 1940, começa a ser colonizado, principalmente nas suas porções norte e oeste pela Companhia de Terras Inglesa e depois pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná. Ressaltamos que esse momento foi responsável pela destruição dos vestígios originais do caminho do peabiru, retratado anteriormente pelas citações de Chymiz.

Tais acontecimentos retratam a desterritorialização do Caminho, primeiro de maneira brutal com as destruições das reduções do Guayrá e na seqüência com a destruição dos únicos vestígios destes caminhos antigos pelas “mãos” da agricultura.

Fica evidente que as forças econômicas, políticas e culturais do período foram fatores determinantes para gerar esta desterritorialização, e no caso dos grupos

indígenas com relação às centenas de quilômetros de estradas construídos, nunca mais conseguiram se reterritorializar e nem constituir novas territorialidades, no Guayrá ou em diferentes localidades, no mesmo ou em diferentes períodos históricos. É importante dizer aqui que nesta processualidade dos índios e dos antigos caminhos, há mudanças e permanências, conjugadas, isto é, existem descontinuidades. Por isso é importante que cada pesquisador em suas análises conceituais contextualizem cada processo (desterritorialização e reterritorialização) em cada temporalidade - espacialidade, no constante movimento como este que estamos nos propondo a fazer com espaço-tempo tão diferentes de uma sociedade tribal para uma sociedade capitalista. Esse processo pode ser mais bem compreendido com a reflexão a seguir:

A desterritorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade de força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente a natureza contraditória do espaço e do território. (SAQUET, 2007, p. 218).

A única diferença que temos que sinalizar é a de que em sua re-territorialização estes grupos indígenas ficaram escondidos ou foram banidos dos territórios que por centenas de anos reinaram e agora ocupam pequenos espaços com delimitações rígidas e cercados por leis que não os cercam. O que poderíamos denominar de acordo com Haesbaert (2004, p. 93) de aglomerados de exclusão.

O ponto primordial da nossa pesquisa constitui-se na busca da reterritorialização do Caminho do Peabiru, não no sentido de voltar às origens do território com as vias originais e sim por meio de um resgate histórico possível de criar uma re-valorização de quem foram às culturas indígenas e quais foram seus feitos mais importantes. Visando sua re-estruturação para fins turísticos e até mesmo religiosos a partir das questões relacionadas às Reduções Jesuíticas e a lenda de São Tomé.

Este esforço esbarra em muitas dificuldades já que para a maioria dos autores a discussão sempre se dá em um mesmo Espaço-Tempo e aqui estaremos tratando de

uma tentativa de re-territorialização em períodos bem distintos com mais de quatro séculos de separação.

Haesbaert (1995 e 1997, apud SAQUET 2007, p.125) contribui quando afirma que o processo de produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e a reterritorialização. Esse autor defende que as dimensões sociais da desterritorialização correspondem, principalmente a econômica e a política, e a territorialização ocorre particularmente envolta nas dimensões política e cultural.

No caso da nossa investigação será utilizada a dimensão cultural no processo de reterritorialização do Caminho do Peabiru. Entretanto pelo fato dos levantamentos que estão sendo realizados se utilizar o geoprocessamento, propomos acrescentar nesta discussão o aspecto físico, contribuindo na definição da coesão e unidade para criação desta “nova identidade” ou dimensão que nasce para o caminho do peabiru.

Cabe destacarmos que o Caminho do Peabiru como foco central da pesquisa encontra-se inserido em uma análise teórica metodológica que visa explicar a necessidade da implantação deste projeto, não apenas para a revalorização da cultura e feitos indígenas do passado, mas na atualidade com o escopo de auxiliar pequenas comunidades e cidades que estão situadas ao longo de sua rota principal ou ramais, dentro do aspecto financeiro com a implantação do turismo cultural, religioso, de aventura, de peregrinação dentre outros. Assim, buscamos para a implantação deste projeto complexo, uma metodologia capaz de apreender as realidades e expectativas de cada comunidade ao longo de seu eixo de implantação. Assim, antes de sua implantação será realizada a delimitação dos impactos positivos e negativos que esta atividade poderá trazer para estas sociedades e ainda tornar visíveis alguns impactos invisíveis que a atividade turística pode trazer.

Novamente afirmamos que em sua maioria os projetos voltados ao turismo partem de modelos conceituais externos a suas realidades, bem como utilizar-se de métodos para a aplicação destes planejamentos vindos de outras ciências que na maioria dos casos tratam seus objetos com superficialidade, uma vez que atentam para as questões físicas ou econômicas, deixando de lado as reflexões sociais e antropológicas que são fundamentais para um completo desenvolvimento da atividade

turística, no sentido e se tornar atividade harmoniosa entre ambiente, comunidade receptora, turistas e mercado turístico.

A metodologia adotada nesta pesquisa parte do projeto de planejamento das atividades junto à sociedade, nas quais são montadas equipes responsáveis pela organização dos contatos com a população de todas as cidades ao longo do trecho a ser trabalhado, a partir desta primeira reunião, organiza-se uma apresentação do projeto e inicia-se o primeiro contato com a população destas cidades e seu entorno rural. Nesse contexto, apresentaremos no próximo tópico a metodologia que a nosso ver é completa quando o assunto é tão delicado, denominada de Estudo de Impactos Sociais, ferramenta esta oriunda da antropologia e sociologia. Objeto este que será abordado com mais especificidade no tema que se segue.

3. EIS – ESTUDO DE IMPACTO SOCIAL.

Toda a ação antrópica gera impactos sobre o ambiente onde se insere. Desde a Revolução Industrial e do salto tecnológico que a busca por novas fontes de energia geraram, os seres humanos tiveram cada vez mais que transformar seu ambiente. Muitas dessas mudanças antrópicas tem sido produzidas pelas grandes obras de engenharia que mudaram a face da Terra a uma velocidade sem precedentes, desde grandes conglomerados urbanos até as inúmeras cidades que surgiram em decorrência ao período pós-revolução industrial.

Até recentemente, os impactos causados a natureza e conseqüentemente a sociedade por estas ações não eram levados em conta ou mesmo colocados como causadores de transformações diretas para o meio ambiente. No pensamento do homem ocidental, essas transformações foram exemplos históricos de dominação da natureza.

Quando começaram a serem vistos como negativos ou efeitos indesejáveis, é que se compreendeu que eles foram custos a serem pagos por se buscar o progresso. Desse modo, durante o quartil final do século passado, mais precisamente no Brasil quando passamos pelo processo do êxodo rural, veio o crescimento das cidades e para isso foram necessárias as grandes obras públicas privilegiando de sobremaneira

ferramentas para o desenvolvimento regional. A transformação de cidades pequenas em médias, estas em grandes e as grandes em metrópoles, significou uma grande oportunidade de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, principalmente do acesso a serviços de saneamento básico e educação. Podemos verificar que esta transformação do rural para o urbano em um curto espaço de tempo trouxe diversas transformações no território, a grande quantidade de obras de infra-estrutura necessárias para dar aporte ao desenvolvimento das cidades como na construção de barragens e outras obras públicas. É verdade que o alto custo de grandes obras públicas significou aumento da dívida pública, mas a teoria econômica keynesiana entendia que o crescimento econômico é subjacente a estas obras para a redução a médio-longo prazo do déficit público.

Essa visão excessivamente otimista e acrítica de grandes obras públicas começa a ser questionada a partir de década de oitenta do século passado. Os fracassos de muitos megaprojetos (FLYVBJERG, 2005) e a forte rejeição que suscitou entre as populações afetadas, bem como a distribuição desigual de custos e os lucros que geram. E a emergência de uma consciência ecológica legitimada pela institucionalização de conceitos, tais como o desenvolvimento e a valorização de que os impactos ambientais de caráter local eram parte de uma crise ambiental, incentivou a oposição às grandes obras públicas. Em última instância o reconhecimento social dos impactos sociais de obras de infra-estrutura básica e urbanização levou o questionamento da legitimidade de tais projetos (BURDGE, 2004).

Em outras palavras, ação humana gera uma transformação e inicia uma série de processos mais ou menos abrangentes de mudanças sócio-espacial, que dependerá da capacidade de resiliência e mediação e da intensidade, velocidade, força e duração do impacto de operar mudanças nos sistemas ou, inversamente, que são absorvidos por ela, sem mudanças estruturais.

Dentro dessas perspectivas se inserem projetos como o de Resgate do Caminho do Peabiru, que busca o desenvolvimento turístico de pequenas cidades e consequentemente seu desenvolvimento econômico, contribuindo na melhoria da

qualidade de vida e tentando frear um pouco do processo migratório para as cidades maiores.

Com base nestas informações verificamos a necessidade do desenvolvimento de metodologia capaz de identificar toda a rede de relacionamentos diretos e indiretos, realizar um cruzamento de dados para quantificação e qualificação das problemáticas, para posterior proposta de ações visando a mitigação, a gestão e o desenvolvimento de políticas públicas e projetos de integração entre as comunidades pertencentes ao ramal, neste caso denominado de Botucatu.

A eleição deste ramal como projeto piloto para estudo da metodologia de EIS – Estudo de Impactos Sociais se deve à sua localização dentro da área de abrangência das pesquisas realizadas neste trabalho. Destaca-se ainda, por sua importância sócio-econômica para a região, uma vez que pode colaborar para o desenvolvimento da segunda área mais pobre do estado de São Paulo de acordo com o IBGE. (CENSO 2005).

O desafio a ser enfrentado na implantação deste projeto se justifica e representa o início de uma empreitada em assumir os compromissos éticos, morais, social e ambiental com a melhoria da qualidade de vida dos moradores desta porção do pontal do Paranapanema. Está pesquisa busca verificar a possibilidade da aplicação de um Estudo de Impacto Social como um método viável e capaz para auxiliar nos estudos de gestão e na implantação de projetos turísticos podendo se tornar uma metodologia capaz de acompanhar a implantação e desenvolvimento das políticas e sistemas de gerenciamento do turismo nacional e dos Estados brasileiros, especialmente na elaboração de planos turísticos e estudos direcionados aos instrumentos de gestão do turismo.

O objetivo principal dos EIS – Estudos de Impactos Sociais é o de maximizar os benefícios e reduzir os impactos negativos especialmente àqueles que sofrem com estes, neste caso com projetos de turismo mal implantados. As comunidades locais para projetos ou os planos de desenvolvimento sejam qual forem ou que forma tomem. Demasiadas vezes as externalidades (custos sociais e ambientais) não são tidos em conta nos estudos de custo / benefício em projetos turísticos. Essa deficiência é em

parte atribuível a elementos que não são facilmente identificáveis, mensuráveis e quantificáveis. A identificação prévia dos impactos sociais no desenvolvimento de projetos pode ajudar.

Delimita-se uma série de objetivos específicos para maior esclarecimento desta metodologia, a seguir:

- + Buscar alternativas aos projetos existentes;
- + Fazer visíveis as invisibilidades dos impactos sociais;
- + Introduzir em uma perspectiva ética e social o desenvolvimento de políticas públicas em projetos voltados ao turismo;
- + Reduzir o impacto através da concepção e implantação de medidas de atenuação;
- + Incentivar o sucesso do projeto para amenizar ou eliminar os conflitos sociais e ambientais.
- + Apresentar os processos de participação social como elementos-chave de processos EIS;
- + Mostrar que o EIS não é apenas uma prática sociológica ou uma definição técnica de impactos;

O EIS é também uma filosofia sobre o que é como deve ser o desenvolvimento da democracia, sobre os objetivos básicos de desenvolvimento (crescimento do PIB / redução da pobreza e dos processos de desenvolvimento dirigido / participativo).

Os procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos têm por base as fases iniciais de construir inventários sociais, detectar impactos, quantifica-los e qualifica-los e por fim realizar propostas de correção aos impactos detectados tomando por referência a participação da comunidade no processo de planejamento.

Será utilizada uma nova ferramenta tecnológica de apoio para o cumprimento destas tarefas que é um software denominado UCINET 5, este recurso é um software para análise de rede social desenvolvido por Borgatti, Everett and Freeman em 1999 na Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Ele auxilia na criação de redes de importância de relacionamentos com inúmeros dados, que antes para serem cruzados e tabulados levavam dias e até meses de trabalho árduo, deixando as análises de lado e realizando meras descrições de dados. Com o programa é possível realizar a inserção de muitas bases de dados diferentes e realizar a interface destes dados gerando redes para análise sob o grau de importância que por vezes a mão deixamos escapar. E por

isto perde-se muito tempo no desenvolvimento de políticas erradas e investimentos sem retorno efetivo.

Os dados se subdividirão em duas fases determinadas de Scoping e Profiling. Na primeira visam à identificação dos principais problemas inventariados e as informações preliminares. Identificando o tipo de impactos sociais que estão previstos e esclarecendo os pontos mais importantes sobre o projeto. Incluem-se nesta fase: o quadro de referência, as principais questões, as principais variáveis a considerar, as zonas geográficas afetadas e de outras áreas de impacto secundário, unidade métodos de análise e análise e avaliação de impactos, os interessados ou partes e grupos de interesses afetados (+ -) para o projeto, uma revisão de literatura sobre casos semelhantes.

Na segunda etapa busca-se o inventário e descrição do estado ou a situação da comunidade antes do impacto. Por vezes é considerada parte do âmbito (consiste no recolhimento de informações sobre a comunidade no estado de pré-impacto para fornecer estimativas primárias (inputs) em modelos preceptivos e estimar efeitos). Ele fornece informações básicas para comparar as alterações que o projeto venha a causar. Assim, realizando as análises: demográficas, socioterritoriais, socioeconômica, das estruturas políticas e institucionais locais e supra locais além é claro da análise de política cultural.

O processo é finalizando com um inventário de avaliação dos impactos existentes, criando categorias de classificação de impactos qualificando em ordem de importância os mesmos, para poder formular propostas e auxiliar no processo de implantação do Projeto do Caminho do Peabiru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das propostas apresentadas esperamos que a metodologia e a pesquisa desenvolvida gerem subsídios para o desenvolvimento de novos recursos que venham a auxiliar os projetos de desenvolvimento de atividades turísticas. Outra contribuição esperada é a de que esta metodologia desperte o interesse por parte de outros estudantes e pesquisadores na área do turismo no Brasil, pois esta ferramenta

já é largamente utilizada atualmente dentro de projetos como o de transposição do Canal do Panamá, a construção da Barragem de Três Gargantas na China, a criação de um TAV – Trem de Alta Velocidade cortando todo o território Espanhol dentre outros como nas análises da implantação dos condomínios de segunda residência na Espanha.

É uma metodologia que pode e deve ser utilizada para auxiliar nos processos de tomada de decisão e implantação de atividades não apenas turísticas mais de quaisquer naturezas.

REFERÊNCIAS

ALEDO, A y DOMINGEZ, J.A. *Sociología ambiental*. Granada, Grupo Editorial Universitario, 2001.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

BORGATTI, S.P., M.G. Everett, and L.C. Freeman. *UCINET 5.0 Version 1.00*. Natick: Analytic Technologies, 1999.

BURDGE, R. *A community guide to social impact assessment*. Middleton (WI): Social Ecology Press, 2004a.

_____. *The Concepts, Process and Methods of Social Impact Assessment*. Middleton (WI): Social Ecology Press, 2004b.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. *Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia*. In: RIBAS, A. D. Et. Al. (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARVALHO, Márcia Siqueira de (org). *Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Londrina: Autora, 2004.

CHYMIZ, Igor. *Dédalo*. Ano VII Nº 13, junho de 1971.

FLYVBJERG, B. *Megaprojects and risk. An anatomy of ambition*. Cambridge. Cambridge University Press, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *Des-caminhos e Perspectivas do Território*. In: RIBAS, A. D. Et. Al. (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL*, 2005, SP. Anais... SP:USP, 2005. p. 6774-6792. CD ROM

_____. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial*. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2001.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL*, 2005, SP. Anais... SP:USP, 2005. p. 13882-13894. CD ROM.

_____. *Abordagens e concepções sobre território*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TAYLOR, C. *Social Assessment: Theory, Process and Techniques*. Middeltton (WI): Social Ecology Press, 2004.